



Número: **0821061-64.2017.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **10/10/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA DE FATIMA AGOSTINHO (AUTOR)		RAPHAELLA DAYANNA CORTEZ CABRAL (ADVOGADO)	
GENILSON AGOSTINHO DA SILVA (AUTOR)		RAPHAELLA DAYANNA CORTEZ CABRAL (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
13150 278	12/11/2017 18:18	Petição Inicial	Petição Inicial
13150 279	12/11/2017 18:18	luzimar documentos	Outros documentos
13155 145	13/11/2017 10:08	Despacho	Despacho
13177 234	14/11/2017 09:01	Juntada	Petição
13177 258	14/11/2017 09:01	certidão de obito	Documento de Comprovação
13177 450	14/11/2017 09:06	Informação	Petição
13178 254	14/11/2017 09:45	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
20922 000	19/02/2018 16:03	juntada	Petição
20922 103	19/02/2018 16:03	inss luzimar	Outros documentos
22404 525	20/06/2018 09:18	Despacho	Despacho
32182 268	17/09/2018 09:16	Citação	Citação
32254 423	19/09/2018 11:07	Certidão	Certidão
34845 517	20/11/2018 15:08	Prosseguimento	Petição
35443 848	12/12/2018 09:57	Decisão	Decisão
35446 389	12/12/2018 10:15	Certidão	Certidão
36784 437	07/01/2019 12:42	Certidão	Certidão
36784 470	07/01/2019 12:42	Recibo de envio 0821061-64.2017.8.20.5106	Outros documentos
36856 468	08/01/2019 08:38	Certidão	Certidão
36856 520	08/01/2019 08:40	Intimação	Intimação

40280 753	07/03/2019 13:02	Certidão	Certidão
41084 831	25/03/2019 22:46	Revelia	Petição
41861 982	16/04/2019 14:04	Despacho	Despacho
42589 657	02/05/2019 08:35	JUNTADA	Petição
42589 677	02/05/2019 08:35	img536 (1)	Procuração
42889 624	14/05/2019 15:36	Despacho	Despacho
42980 855	19/05/2019 21:27	resposta ao despacho	Petição
42980 866	19/05/2019 21:27	PRAZO 01	Outros documentos
45607 379	16/07/2019 11:16	Sentença	Sentença
47190 034	22/07/2019 14:00	Intimação	Intimação
47192 911	22/07/2019 14:45	CIENTE	Petição
47266 797	23/07/2019 14:44	Certidão	Certidão

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DE UMA DAS VARAS CÍVEIS DA
COMARCA DE MOSSORÓ / ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.**

-

MARIA DE FÁTIMA AGOSTINHO, brasileira, divorciada, atendente, portadora de cédula de identidade nº 002.788.288 - SSP/RN e CPF nº 465.682.123-34, residente e domiciliado na Rua Carpinteiro João Bernardo da Costa, nº 70, Bairro Santo Antonio, Mossoró/RN, CEP: 59621-402 e **GENILSON AGOSTINHO DA SILVA**, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 002.181.860 SSP/RN e CPF nº 053.987.944-42, residente e domiciliado na Rua Carpinteiro João Bernardo da Costa, nº 70, Bairro Santo Antonio, Mossoró/RN, CEP: 59621-402, por intermédio de seus bastantes procuradores que esta subscreve, com escritório profissional localizado no endereço abaixo em epígrafe, onde deverá receber as intimações, vem perante Vossa Excelência, propor o presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA C/C REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS
(COMPLEMENTO DO SEGURO DPVAT)**

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, podendo ser citada por intermédio de seu representante legal na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar – Centro, Rio de Janeiro – CEP: 20031205, expondo e requerendo ao final o seguinte:

1. I. DA JUSTIÇA GRATUITA

Os conviventes pretendem a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei nº 1060/50 e suas modificações, por serem pessoas de poucas posses, que trabalham com serviços autônomos não possuindo nenhuma renda fixa, portanto não apresentando condições de suportar com custas e processuais sem prejuízo de seu próprio sustento e o de sua família.

1. II. DOS FATOS

Na data de 04 de dezembro de 2016m por volta das 01h30min, o Senhor Luzimar Soares de Agostinho, ora vítima, pilotava uma motocicleta identificada no boletim de ocorrência em anexo, quando se desequilibrou e caiu em uma ribanceira, sofrendo grave lesão na cabeça.

A vítima foi localizada por vizinhos e moradores da região desacordado, levando-o ao Hospital Tarcísio Maia, permanecendo em coma até o dia 09 de Dezembro de 2016, data do óbito.

Em decorrência do impacto a vítima sofreu **LESÃO NA CABEÇA, ESTANDO EM COMA, ESSE QUADRO EVOLUIU PARA UMA PARADA CARDIORESPIRATÓRIA, VINDO A ÓBITO NO DIA 09/12/2016 ÀS 07H00MIN**, conforme se faz prova com o Prontuário de Atendimento Médico e Declaração de óbito em anexo.

Devido ao fato do sinistro em tela, decorrente de acidente de transito, requereu administrativamente, seguro – DPVAT, sendo que, a seguradora, cancelou o pedido da promovente, através do (CONSORCIO DAS SEGURADORAS), conforme recibo em anexo, **em razão de não aceitar justificativa sobre a ausência da certidão de nascimento da genitora da vítima, com o mero objetivo de prolar e dificultar os herdeiros do recebimento do direito.**

Para melhor entendimento, é importante demonstrar a Vossa Excelência a árvore genealógica, deixando claro que a Vítima Luzimar Soares Agostinho não era casado e não deixou filhos, sendo assim seus herdeiros legítimos, os irmãos, ora Autores, em razão dos seus genitores também já encontrarem-se falecidos.

Luiz Agostinho Sobrinho (Genitor)

Francisca Soares Agostinho (Genitora)

Pais

Filhos

Maria de Fátima Agostinho

Luzimar Soares Agostinho

Genilson Agostinho da Silva

Luzimar Soares Agostinho (vítima do acidente)

1. III. DO DIREITO

**INDENIZAÇÃO REFERENTE AO SEGURO DPVAT / PAGAMENTO MEDIANTE SIMPLES
DEMONSTRAÇÃO DO ACIDENTE / INTELIGÊNCIA DA LEI M° 6.194/74.**

O Seguro DPVAT - Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto (vias terrestres).

A Lei nº 6.194/74, que regula o seguro DPVAT, nos parágrafos do Artigo 5º, vigora a seguinte redação:

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

§ 2º Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará.

§ 3º Não se concluindo na certidão de óbito o nexo de causa e efeito entre a morte e o acidente, será acrescentada a certidão de auto de necropsia, fornecida diretamente pelo instituto médico legal, independentemente de requisição ou autorização da autoridade policial ou da jurisdição do acidente.

Acontece Excelência, que, em que pese o seguro já ter sido pleiteado na seara administrativa, este fora totalmente indeferido por mero capricho da seguradora, em prol de dificultar o recebimento do seguro. Sobre a comprovação da negativa, a seguradora não disponibiliza no site através da consulta do sinistro, conforme tela anexa.

Ao contrario de mencionar a promovida, a Lei em comento determina o pagamento da indenização mediante a SIMPLES ocorrência do acidente e do dano por ele provocado, mas, no entanto, as seguradoras, dentre as quais figura a requerida, procuram inviabilizar o DPVAT, fundando sua posição em resoluções e circulares, as quais encontram em rota de colisão com o dispositivo legal acima delineado.

O direito à percepção do seguro está expresso no Art. 5º da Lei nº 6.194/74, que diz o seguinte:

Art. 5º O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (destaques acrescidos)

A própria SUSEP – Superintendência de Seguros Privados – esclarece em seu site (www.susep.gov.br) que qualquer vítima de danos causados por veículo automotor de via terrestre pode requerer o seguro, inclusive o motorista culpado.

Ademais, salienta-se ainda, que a indenização securitária seja paga “independentemente da existência de culpa”, bastando a simples prova do acidente e do dano decorrente.

Conclui-se, assim, que a indenização será devida mediante a “SIMPLES” ocorrência do acidente e do “DANO” por ele provocado.

No tocante ao limite indenizatório, este se encontra respaldo no Artigo 3º de mesma lei, *verbis*:

Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares. (destacou-se)

Desta forma, por tudo que foi exposto, não restam dúvidas de que a parte demandante deve ser indenizada pela demandada através do seguro DPVAT, uma vez que preenche todos os requisitos previstos em lei.

Demais disso, todos os documentos comprobatórios juntados aos autos demonstram de forma inequívoca o dano resultante do sinistro.

1. IV. DA JURISPRUDENCIA

O Superior Tribunal de Justiça tem o entendimento sumulado, por meio do Enunciado nº 474, de que a indenização deve ser paga de acordo com o grau da debilidade sofrida. Vejamos:

“Súmula 474/STJ: A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Não encontrando outra forma de solucionar o litígio vem invocar a tutela jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário, para dirimir tal conflito.

1. V. DOS PEDIDOS

Pelo Exposto, requer a Vossa Excelência, com fundamento no Artigo 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no Artigo 5º, da Lei n. 6.194/74, requerer a procedência da presente, para o fim de condenar a requerida, ao pagamento da indenização em epígrafe, fundada no pagamento de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais) referente ao DPVAT, requerendo ainda o seguinte:

- a) Que seja concedido o Benefício da Justiça Gratuita, uma vez que a Parte Autora não pode arcar com as custas processuais sem prejuízo de seu sustento e de sua família;
- b) Seja citada a Promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;
- c) Seja designada audiência de conciliação, não havendo proposta de acordo em ato contínuo em conformidade com o rito especial imposto a lide, tenha início a instrução e julgamento;
- d) Requer ainda, a dispensa da nomeação do perito, em razão de não existir motivos para a realização desta;
- e) Pugna o autor pela produção de prova pericial e requer juntada do processo administrativo indeferido pela seguradora;
- f) Que seja a Demandada condenada em honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação, mais custas processuais e demais emolumentos;
- g) Com base na Súmula 54 do STJ, requer que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativa a data do sinistro;

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitido, especialmente, na produção de Prova Pericial, no sentido de quantificar o grau de lesão, inclusive por documentos que possam surgir no curso do processo.

Dar-se à presente o valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais) para efeitos meramente fiscais.

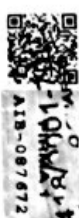
Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Natal, 10 de Novembro de 2017.

RAPHAELLA DAYANNA CORTEZ CABRAL

OAB/RN N.º 11.818,



Assessoria Jurídica

Procuração

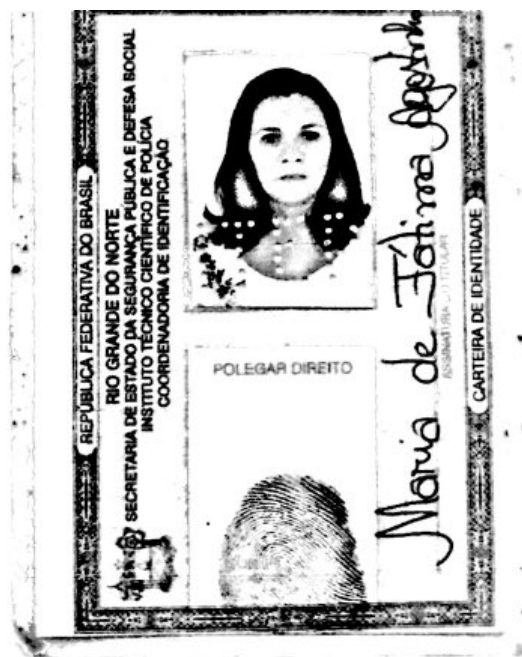
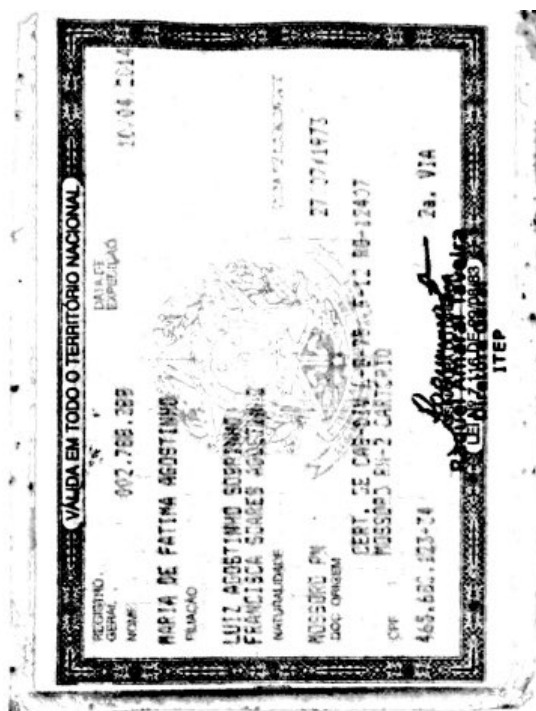
NOME: Maria de Fátima Agostinho
 NACIONALIDADE: Brasileira
 ESTADO CIVIL: Divorciada
 PROFISSÃO: Atendente Tem
 CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS: 465 682 123 34
 REGISTRO GERAL: 002 788 288
 ENDEREÇO: Rua Savio José de Oliveira Tilqueira-15
Bairro: Santa Julia - Integração

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui sua bastante procuradora a advogada **RAPHAELLA DAYANNA CORTEZ CABRAL**, brasileira, inscrita na OAB/RN sob o n. 11.818, com endereço profissional na Avenida Presidente Bandeira, nº 853, Bairro Alecrim, Natal/RN, CEP: 59030-200, aos quais confere amplos poderes "AD JUDICIA ET EXTRA", podendo representá-lo em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, Repartições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, Entidades Autárquicas, podendo propor, contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, fazer levantamento de quaisquer importâncias que forem pagas a qualquer título, depósitos em Bancos ou Caixas Econômicas, prestar primeira declarações em inventários ou arrolamentos, bem como, prestar compromissos de inventariante, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta com ou ser reservas de iguais poderes, bem como, constituir Preposto em casos diferenciados, dando tudo por bom, firme e valioso e especial, agindo em conjunto ou separadamente.

Natal/RN, 06 de Março de 2017.

Maria de Fátima Agostinho.

Scanned by CamScanner





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOMES:

JOSÉ EDILSON FERNANDES DA SILVA

MARIA DE FÁTIMA AGOSTINHO

MATRICULA:

0949460155 1995 2 00075 012 0012407 93

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIROS, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CONJUGES

JOSÉ EDILSON FERNANDES DA SILVA, nascido aos 13/03/1972, em Ipanguaçu - RN, filho de JOSÉ FERNANDES DA SILVA e MARIA DAS GRAÇAS FERNANDES.

MARIA DE FÁTIMA AGOSTINHO, nascida aos 27/07/1973 em Mossoró - RN, filha de LUIZ AGOSTINHO SOBRINHO e FRANCISCA SOARES AGOSTINHO

DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO (POR EXTENSO)

doze de maio de mil novecentos e noventa e cinco

DIA MÊS ANO

12/05/1995

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

Comunhão Parcial de Bens

NOME QUE CADA UM DOS CONJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

MARIA DE FÁTIMA AGOSTINHO SILVA

OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES

Por sentença da MM. Juíza de Direito da 2ª Vara de Família desta comarca, prolatada nos autos nº 0011520-78.2012-8.20.0106, foi homologado e decretado o DIVÓRCIO do referido casal, voltando a mulher a usar o nome de solteira, ou seja, MARIA DE FÁTIMA AGOSTINHO.
O assento foi lavrado em 12/05/1995. Ató registrado no Livro 75 B, fls. 12v, nº do termo 12407.

SEGUNDO OFICIAL DE NOTAS

Oficiala: LUZINETE BEZERRA DE MENDONÇA FERNANDES
Rua Santos Dumont, 10, Centro -
Mossoró - RN. (84) 33213312, (84) 33174278 - email:
cartorio2mossoro@hotmail.com.

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou
fé. Mossoró - RN, 07 de novembro de 2012.

Assinatura do Oficial/Substituto





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Cartório Quarto Ofício de Notas

Oficial: MARIA LUCIVAM FONTES SILVA AZEVEDO

Rua Jerônimo Rosado, 74 - Centro Mossoró - RN

Fone: (84)3321-6610 mossoro4cartorio@hotmail.com

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME: LUIZ AGOSTINHO SOBRINHO

MATRÍCULA:

0941930155 2016 4 00042 090 0016040 66

08481418/0001-70
MOSSORÓ CARTÓRIO QUARTO
OFÍCIO DE NOTAS
RUA JERÔNIMO ROSADO, 74
CENTRO - 55.600-000
MOSSORÓ - RN

SEXO

masculino

COR

ESTADO CIVIL, PROFISSÃO E IDADE

casado, agricultor, com 71 anos de idade

NATURALIDADE

Mossoró - RN

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

RG 002.601.883 - RN

ELEITOR

não era eleitor

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

RAIMUNDO AGOSTINHO SOBRINHO e ELIZA GOMES DE OLIVEIRA, residente e domiciliado(a) no: Assentamento Oziel Alves, Maisa, Zona Rural, Mossoró - RN

DATA E HORA DE FALECIMENTO

cinco de março de dois mil e dezesseis às 21:30 horas

DIA MÊS ANO

05/03/2016

LOCAL DE FALECIMENTO

BR 304 em frente a antiga fazenda maisa em Mossoró - RN

CAUSA DA MORTE

Hemotorax, Ferimentos Penetrantes do Torax produzidos por projétil de arma de fogo

SÉPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO SE CONHECIDO)

Cemitério São Sebastião, Mossoró - RN

DECLARANTE

MARIA DE FATIMA AGOSTINHO

NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO

Dr. Jerônimo Manoel de M. Rolim CRM:1072

OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES

O falecido era casado com a Sra. Francisca Maria da Conceição, deixou quatro (4) filhos, sendo 1 falecido e não deixou bens a inventariar. Selo AAJ 090840, P.M N° AA 000.796.205. O assento foi lavrado em data de 08 de março de 2016. Ato registrado no Livro 042 C, fls. 090, n° do termo 16040.

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Mossoró - RN, 08 de março de 2016

MARIA LUCIVAM FONTES SILVA AZEVEDO
Tabeliã Oficial

Denis Fontes de Melo Sousa
CPF. 039.202.214-19
SUBSTITUTO

08481418/0001-70

MOSSORÓ CARTÓRIO QUARTO
OFÍCIO DE NOTAS

RUA JERÔNIMO ROSADO, 74

CENTRO - 55.600-000

MOSSORÓ - RN

Declaro para os devidos fins que não fui possível
retornar a Cartório da Genitoria da Vítima, uma vez que
esta filiação em 1976 e não existe mais esta declaração
faça conforme dito pelos 2º e 4º Cartório de Regi-
stro Público da Comarca de Mossoró RN.

Do mesmo modo me foi informado pelo comitê
que não havia possibilidade de certificar sobre os
antigos ocorridos antes de 1980.

Nada mais a declarar.



Mossoró 17 de Agosto de 2017

Anna de Tatiana Agostinho.

RG 002 788 288

CPF 465 082 123-34



RECEBIDO EM 28/08.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
 GENILSON AGOSTINHO DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
 002181860 SSP RN

CPF
 053.987.944-42 DATA NASCIMENTO
 14/04/1984

FILIAÇÃO
 LUIZ AGOSTINHO
 SOBRINHO
 MARIA DE FATIMA SOUSA
 DA SILVA

PERMISSÃO
 ACC CATIAA
 A

Nº REGISTRO
 05648558870 VALIDADE
 14/03/2017 1ª HABILITAÇÃO
 23/11/2012

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
 MOSSORO, RN DATA EMISSÃO
 09/12/2013

ASSINATURA DO EMISSOR

05075488984
 RN701871910

DETRAN - RN - RIO GRANDE DO NORTE

VÁLIDA EM TODOS
 O TERRITÓRIO NACIONAL
 881801480

PROIBIDO PLASTIFICAR
 881801480

Scanned by CamScanner



I	1 Tipo de óbito <input type="checkbox"/> Fetal <input checked="" type="checkbox"/> Não Fetal		2 Data do óbito 09/12/2016		3 Cartão SUS		4 Naturalidade Mossoró/RN	
	5 Nome do Falecido Ruiomar Soares Agostinho				6 Nome do Pai Rui Agostinho Sobrinho			
	7 Nome da Mãe Rafaela Soares Agostinho				8 Data de nascimento 30/02/1970			
	9 Idade 46A				10 Sexo <input checked="" type="checkbox"/> M - Masc. <input type="checkbox"/> F - Fem.			
II	11 Raça/Cor <input type="checkbox"/> Branca <input checked="" type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> Amarela		12 Situação conjugal <input type="checkbox"/> Solteiro <input checked="" type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Viúvo		13 Escolaridade (última série concluída) Nível <input type="checkbox"/> Sem escolaridade <input type="checkbox"/> Fundamental I (1ª a 4ª Série) <input type="checkbox"/> Fundamental II (5ª a 8ª Série)		14 Ocupação habitual (informar anterior, se aposentado / desempregado) Aposentado	
	15 Logradouro (rua, praça, avenida, etc.) Assentamento Ozil (Mauá)				16 CEP		17 Bairro/Distrito Mossoró	
	18 Município de residência Mossoró				19 UF RN		20 Local de ocorrência do óbito <input checked="" type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Domicílio <input type="checkbox"/> Outros	
	21 Estabelecimento Hospital Regional Tarcísio Maia				22 CEP		23 UF	
III	24 Endereço de ocorrência (rua, praça, avenida, etc.) Assentamento Ozil		25 Município de ocorrência Mossoró		26 UF RN		27 Idade (anos) 46	
	28 Ocupação habitual (informar anterior, se aposentada / desempregada) Aposentada		29 Código CBO 2002		30 Número de filhos vivos 1		31 Nº de semanas de gestação 39	
	32 Tipo de gravidez <input type="checkbox"/> Única <input type="checkbox"/> Dupla <input type="checkbox"/> Tripla e mais		33 Tipo de parto <input type="checkbox"/> Vaginal <input checked="" type="checkbox"/> Cesáreo		34 Morte em relação ao parto <input type="checkbox"/> Antes <input type="checkbox"/> Durante <input type="checkbox"/> Depois <input type="checkbox"/> Ignorado		35 Peso ao nascer 3500g	
	36 Número da Declaração de Nascimento		37 Assinatura do Médico		38 Recebeu assist. médica durante a doença que ocasionou a morte? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Ignorado		39 Diagnóstico confirmado P <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Ignora	
IV	40 CAUSAS DA MORTE Doença ou estado mórbido que causou diretamente a morte. CAUSAS ANTECEDENTES Estados morbosos, se existirem, que produziram a causa acima registrada, mencionando-se em último lugar a causa básica.		41 ANOTE SOMENTE UM DIAGNÓSTICO POR LINHA a) Traumatismo crânio-encefálico b) Devido ou como consequência de: c) Devido ou como consequência de: d) Devido ou como consequência de:		42 CID		43 Tempo aproximado entre o início da doença e a morte	
	44 PARTE II Outras condições significativas que contribuíram para a morte, e que não entraram, porém, na cadeia acima.		45 Nome do Médico Isac Axel de Medeiros Nobrega		46 CRM 3988		47 Óbito atestado por Médico <input checked="" type="checkbox"/> Assistente <input type="checkbox"/> Substituto <input type="checkbox"/> IML	
	48 Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc.) 1841 3315 5782		49 Data do atestado 09/12/2016		50 Assinatura Isac Axel de Medeiros Nobrega		51 Município e UF do médico Mossoró/RN	
	52 PROVÁVEIS CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE NÃO NATURAL (informações de caráter estritamente epidemiológico) 40 Tipo <input checked="" type="checkbox"/> Acidente <input type="checkbox"/> Suicídio <input type="checkbox"/> Homicídio <input type="checkbox"/> Outros		41 Acidente de trabalho <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		42 Fonte de informação <input type="checkbox"/> Ocorrência Policial Nº <input checked="" type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Outra		43 Tipo de local de ocorrência do acidente ou violência <input checked="" type="checkbox"/> Via pública <input type="checkbox"/> Endereço de residência <input type="checkbox"/> Outro domicílio <input type="checkbox"/> Estabelecimento comer <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Ignorada	
V	54 Descrição sumária do evento Vítima de acidente o/moto		55 ENDEREÇO DO LOCAL DO ACIDENTE OU VIOLÊNCIA Assentamento Ozil		56 Número Mossoró		57 Município Mossoró	
	58 Logradouro (rua, praça, avenida, etc.)		59 Código		60 Registro		61 Data	
	62 Cartório		63 Código		64 Registro		65 Data	
	66 Município		67 Código		68 Registro		69 Data	
VI	70 Nome do Médico		71 CRM		72 Óbito atestado por Médico <input checked="" type="checkbox"/> Assistente <input type="checkbox"/> Substituto <input type="checkbox"/> IML		73 Município e UF do médico Mossoró/RN	
	74 Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc.) 1841 3315 5782		75 Data do atestado 09/12/2016		76 Assinatura Isac Axel de Medeiros Nobrega		77 Município e UF do médico Mossoró/RN	
	78 PROVÁVEIS CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE NÃO NATURAL (informações de caráter estritamente epidemiológico) 40 Tipo <input checked="" type="checkbox"/> Acidente <input type="checkbox"/> Suicídio <input type="checkbox"/> Homicídio <input type="checkbox"/> Outros		41 Acidente de trabalho <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		42 Fonte de informação <input type="checkbox"/> Ocorrência Policial Nº <input checked="" type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Outra		43 Tipo de local de ocorrência do acidente ou violência <input checked="" type="checkbox"/> Via pública <input type="checkbox"/> Endereço de residência <input type="checkbox"/> Outro domicílio <input type="checkbox"/> Estabelecimento comer <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Ignorada	
	54 Descrição sumária do evento Vítima de acidente o/moto		55 ENDEREÇO DO LOCAL DO ACIDENTE OU VIOLÊNCIA Assentamento Ozil		56 Número Mossoró		57 Município Mossoró	
58 Logradouro (rua, praça, avenida, etc.)		59 Código		60 Registro		61 Data		
62 Cartório		63 Código		64 Registro		65 Data		
66 Município		67 Código		68 Registro		69 Data		
VII	70 Nome do Médico		71 CRM		72 Óbito atestado por Médico <input checked="" type="checkbox"/> Assistente <input type="checkbox"/> Substituto <input type="checkbox"/> IML		73 Município e UF do médico Mossoró/RN	
	74 Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc.) 1841 3315 5782		75 Data do atestado 09/12/2016		76 Assinatura Isac Axel de Medeiros Nobrega		77 Município e UF do médico Mossoró/RN	
	78 PROVÁVEIS CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE NÃO NATURAL (informações de caráter estritamente epidemiológico) 40 Tipo <input checked="" type="checkbox"/> Acidente <input type="checkbox"/> Suicídio <input type="checkbox"/> Homicídio <input type="checkbox"/> Outros		41 Acidente de trabalho <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		42 Fonte de informação <input type="checkbox"/> Ocorrência Policial Nº <input checked="" type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Outra		43 Tipo de local de ocorrência do acidente ou violência <input checked="" type="checkbox"/> Via pública <input type="checkbox"/> Endereço de residência <input type="checkbox"/> Outro domicílio <input type="checkbox"/> Estabelecimento comer <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Ignorada	
	54 Descrição sumária do evento Vítima de acidente o/moto		55 ENDEREÇO DO LOCAL DO ACIDENTE OU VIOLÊNCIA Assentamento Ozil		56 Número Mossoró		57 Município Mossoró	
58 Logradouro (rua, praça, avenida, etc.)		59 Código		60 Registro		61 Data		
62 Cartório		63 Código		64 Registro		65 Data		
66 Município		67 Código		68 Registro		69 Data		
VIII	70 Nome do Médico		71 CRM		72 Óbito atestado por Médico <input checked="" type="checkbox"/> Assistente <input type="checkbox"/> Substituto <input type="checkbox"/> IML		73 Município e UF do médico Mossoró/RN	
	74 Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc.) 1841 3315 5782		75 Data do atestado 09/12/2016		76 Assinatura Isac Axel de Medeiros Nobrega		77 Município e UF do médico Mossoró/RN	
	78 PROVÁVEIS CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE NÃO NATURAL (informações de caráter estritamente epidemiológico) 40 Tipo <input checked="" type="checkbox"/> Acidente <input type="checkbox"/> Suicídio <input type="checkbox"/> Homicídio <input type="checkbox"/> Outros		41 Acidente de trabalho <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		42 Fonte de informação <input type="checkbox"/> Ocorrência Policial Nº <input checked="" type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Outra		43 Tipo de local de ocorrência do acidente ou violência <input checked="" type="checkbox"/> Via pública <input type="checkbox"/> Endereço de residência <input type="checkbox"/> Outro domicílio <input type="checkbox"/> Estabelecimento comer <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Ignorada	
	54 Descrição sumária do evento Vítima de acidente o/moto		55 ENDEREÇO DO LOCAL DO ACIDENTE OU VIOLÊNCIA Assentamento Ozil		56 Número Mossoró		57 Município Mossoró	
58 Logradouro (rua, praça, avenida, etc.)		59 Código		60 Registro		61 Data		
62 Cartório		63 Código		64 Registro		65 Data		
66 Município		67 Código		68 Registro		69 Data		



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Saúde Pública
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA
PRONTO SOCORRO VINGT-ROSADO NETO

REGISTRO N°
2583463

SAMU

PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO	
Nome: <u>WIZIMAR SOARES APARECIDO</u>	D. N. <u>1/1</u> Idade: <u>45</u>
Profissão: _____	Cartão SUS n° _____
Endereço: Rua: <u>128</u>	Bairro: _____
Cidade: <u>Montanhas</u>	U.F. _____ Fone: _____
Filiação: Mãe: _____	Pat: _____

Data: 04/12/16

Hora: 5:45

A.C.C.R.: _____

1 - QUEIXA PRINCIPAL (Q.P.) - HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL (H.D.A.)

Pront. 12/16
Alto de 12/16
Adm. de 12/16 de 12/16
em 12/16
12/16 12/16

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
ESTA CONFORME O ORIGINAL
SAMU PRONTO SOCORRO
SANEAMENTO

2 - EXAME FÍSICO

PA = 120 x 80.
A. Vm. 200 mm. 2. 40-45 - 12/16
B. 12/16 12/16 12/16. 2. 12/16 12/16 12/16
C. 12/16 12/16 12/16. 12/16 12/16
D. 12/16 12/16 12/16.
E. 12/16 12/16 12/16.
12/16 - 12/16, 12/16, 12/16.

3 - HIPÓTESE(S) DIAGNÓSTICA(S)

12/16

6:10

3- VSE 250mm / H6 / HRL / R₂ / R₂ 1/2

Dr. Elton Nogueira
Cirurgião Geral / Otorrinolaringologista
CRM-RN 5860

eg: Agave de melão, Agave de
cavalos etc

At 5:10

CD- TC CRAM, 5

Dr. Teófilo Vanomark
Ortopedia e Traumatologia
CRM - 7719

Dr. Bruno Góis
neurocirurgião
AM-01 5823

DATA E HORA	PRESCRIÇÃO	VIA	ENFERMAGEM	
			HORÁRIO	ASSINATURA
	1- Drob. anal gsc			
	2- sfo. v. Kerd. 604 h			
	3- Spon. II - 26/66		04 ^h 18 ^c	
	4- SAT 212g tr		falta	TOMCU NELUPA
	5- Jucuna			
	Dr. Elton Nogueira Cirurgião Dentista CRM-RN 5860			
	Nalbol 5mg / AMB IM		14:35 C	

HOSPITAL REGIONAL TACUÍSSO M.
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SAME MESSORO 12/12/16
SAME/ARQUIVO

() ALTA DO PRONTO SOCORRO (X) INTERVENÇÃO HOSPITALAR () TRANSFERÊNCIA () OUTROS (Descrever)

Observações:

Hora: :

Dr. Arnaldo Góes
Nº 10.000.000
M-RN 58.22

Identificação N

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
SERVIÇO DE NEUROCIRURGIA

PACIENTE: LUZIMAR SOARES AGOSTINHO

DIAGN: TCE GRAVE

DI: 04/12/16

DATA: 04/12/16

VITIMA DE ACIDENTE E MOTO

DEU ENTRADA GLASGOW AO 2 RV2 RM 5= 9 DISPNEICO

ISSO/FOTO, SEM DEFICES

FOI INTUBADO E SEDADO

TC CRANIO= CONTUSOES BIFRONTAIS, TEMPORAL ESQ + HSAT

CD: UTI

1.	Dieta por SNE	
2.	SF 0,9% 2000ml EV em 24h	
3.	Ranitidina 1amp EV 8/8h	
4.	Dipirona 2ml EV 6/6h SN	
5.	Plasil 2ml + 18ML DE ABD, EV 8/8h SN	
6.	Passar SNE	
7.	FENITOINA 2ML IV 8/8H	
8.	Cabeceira Elevada	
9.	HGT 6/6h + insulina regular SC conforme protocolo	
10.	Midazolam 5mg/ml ----- 10ml	} em DIC 10 ml/h
11.	Fentanil 50mcg/ml ----- 20ml	
12.	SF 200ml ----- 200ml	
13.	CCGG + SSVV	
14.	Vaga de UTI	
15.		
16.		


Dr. Bruno Gois
Neurocirurgião
CRM-RN 5823

**HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
SERVIÇO DE NEUROCIRURGIA**

PACIENTE: LUZIMAR SOARES AGOSTINHO
DIAGN: TCE GRAVE
DI: 04/12/16
DATA: 07/12/16

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SANEADO POR 02/12/16
SANEADOR

Pcte evolui sem intercorrências
Segue em IOT + VM, sedado
Ramsay 6, PIFR

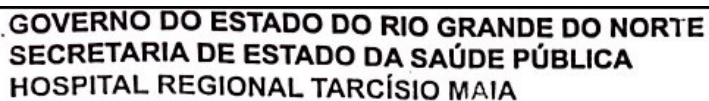
TC CRANIO= CONTUSOES BIFRONTAIS, TEMPORAL ESQ + HSAT

CD: aguarda VAGA UTI

1.	PASSAR SNE E DEIXAR ABERTA	
2.	SG 5% 480mL + NaCl 20% 15mL + KCl 19,1% 5mL EV 6/6h	2: 3: 4:
3.	Ranitidina 1amp EV 8/8h	14.03.06
4.	Dipirona 2ml EV 6/6h SN	SV 7:58 Edson
5.	Plasil 2ml + 18ML DE ABD, EV 8/8h SN	SV
6.	FISIOTERAPIA RESPIRATORIA E MOTORA	
7.	FENITOINA 2ML + ABD IV 8/8H	14.03.06
8.	Cabeceira Elevada	cureti
9.	HGT 6/6h + insulina regular SC conforme protocolo	
10.	Midazolam 5mg/ml ----- 30ml	
11.	Fentanil 50mcg/ml ----- 20ml	
12.	SF 200ml ----- 200ml EV em BIC - iniciar com 10mL/h	14
13.	CCGG + SSVV	
14.	Vaga de UTI	
15.	Acompanhamento conjunto com a Clínica Médica	
16.	Assistência de Cirurgia Geral (Enfisema Subcutâneo)	

Dr. Cláudio V. Pereira
NEUROCIRURGO
CRM 111.128

Dr. Cláudio V. Pereira
NEUROCIRURGO
CRM 111.128



Nome: Luzimar Soares Agostinho Leito: 08

DATA	EVOLUÇÃO
09/12/16	Paciente evolui com perdas cardiovasculares.
07:00	- náusea refratária às manobras de resins.
	- medicação cardiopulmonar, inclui a óbito
	às 07:00.
	Conduta: Preenchimento encaminhamento p/ITE

PRESCRIÇÃO

[illegible]



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
2º DISTRITO POLICIAL DE MOSSORÓ - 2ª DP
Rua Camilo de Paula, s/nº, bairro Nova Betânia, Mossoró-RN, Tel.(0xx84) 3315-5592

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 1310/2016.

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA FATAL.
LOCAL DO FATO: Assentamento Oziel, próximo a Rua 3, nº 77, zona rural Mossoró-RN.
DATA E HORA DO FATO: 04/12/2016, por volta das 01h30.

NOME DO(A) COMUNICANTE: MARIA DE FÁTIMA AGOSTINHO.
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Savio Isaac de Oliveira Filgueira, 15, Santa Delmira, Mossoró-RN.
FILIAÇÃO: Luiz Agostinho Sobrinho e Francisca Soares Agostinho.
DATA DE NASCIMENTO: 27/07/1973. **ESTADO CIVIL:** divorciada.
NATURALIDADE: Mossoró-RN. **SEXO:** feminino.
PROFISSÃO: do lar. **IDADE:** 43 anos.
DOCUMENTO: R.G nº 002.788.288 SSP/RN. **TEL:** 84 - 98879-6379.

VÍTIMA: LUZIMAR SOARES AGOSTINHO, vulgo "NOVINHO", brasileiro, solteiro, natural de Mossoró-RN, nascido aos 30/12/1970, filho de Luiz Agostinho Sobrinho e Francisca Soares Agostinho, residente na Rua 3, nº 77, zona rural Mossoró-RN. (R.G nº 002.345.814 - SSP/RN).

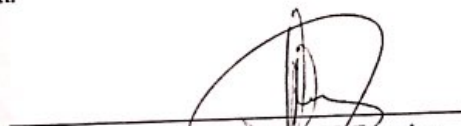
HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA

Diz a comunicante que no dia do fato, por volta das 01:00 da madrugada, seu irmão, ora vítima, pilotava sozinho uma motocicleta, tipo YAMAHA YBR 125K, ANO-MODELO 2002-2003, PLACA MXM-6220, COR ROXA, RENAVAL *793206430*, quando se desequilibrou e caiu; QUE, LUZIMAR SOARES AGOSTINHO caiu em uma ribanceira e foi encontrado por vizinhos; QUE, Luzimar teve uma forte pancada na cabeça; QUE, Luzimar foi socorrido ao Hospital Regional Tarcísio Maia, onde ficou internado até dia 09/12/2016 em estado de coma; QUE, no dia 09/12/2016 LUZIMAR SOARES AGOSTINHO faleceu no Hospital. Nada mais disse.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Nenhum servidor desta delegacia compareceu ao local do fato para atestar a veracidade das declarações. Todas as informações constantes no histórico deste boletim são de responsabilidade do comunicante.

DATA E HORÁRIO DO REGISTRO: 12/12/2016, às 17h.


ASSINATURA DO COMUNICANTE


Apc Georgia F. N. Formiga
Mat. 207.2059-9

SINISTRO 3170355647 - Resultado de consulta por beneficiário

CPF/CNPJ: 00081231628472

Posição em 12-11-2017 19:06:03

Verifique os dados digitados e repita a consulta ou opte pela CONSULTA SEM SINISTRO.

Scanned by CamScanner



Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Processo: 0821061-64.2017.8.20.5106 - [Acidente de Trânsito]

AUTOR: MARIA DE FATIMA AGOSTINHO, GENILSON AGOSTINHO DA SILVA

Advogado(s) do reclamante: RAPHAELLA DAYANNA CORTEZ CABRAL

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro a gratuidade judiciária em face da declaração e da presunção legal de hipossuficiência.

Em observância aos artigos 319 e 320 do CPC, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar/complementar a inicial, indicando:

1. Certidão de óbito do segurado: Luzimar Soares de Agostinho
2. Certidão de óbito do mãe do segurado: Francisca Soares Agostinho.
3. Declaração do INSS de que o finado não deixou dependentes habilitados.

Mossoró, 13 de novembro de 2017

EDINO JALES DE ALMEIDA JUNIOR

Juiz de Direito

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE MOSSORÓ / ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.**

PROCESSO Nº 0821061-64.2017.8.20.5106

-

MARIA DE FÁTIMA AGOSTINHO E GENILSON AGOSTINHO DA SILVA, ambos devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, vem por intermédio de sua bastante procuradora que esta subscreve, em cumprimento ao Despacho, juntar certidão de óbito do segurado.

Como dito em inicial, é impossível colacionar aos autos certidão de óbito da genitora do segurado uma vez que ela faleceu no ano de 1976, inexistindo esse documento nos cartórios da comarca de Mossoró/RN.

Do mesmo modo, o cemitério também informou que não havia a possibilidade de certificar quanto aos enterros ocorridos antes de 1980.

Diante da dificuldade encontrada, requer encarecidamente a compreensão de Vossa Excelência em prosseguir o feito na ausência desta documentação comprobatória, apegando-se a declaração escrita de próprio punho e autenticada em cartório já anexa aos autos.

Cumpra esclarecer que os Autores, encontram-se inteiramente a disposição para comprovar os fatos narrados da maneira que o Excelentíssimo entender conveniente.

Quanto a Declaração do INSS, os Autores requerem prazo de 30 (trinta) dias para providenciar.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Natal, 14 de Novembro de 2017.

RAPHAELLA DAYANNA CORTEZ CABRAL

OAB/RN N.º 11.818

IGOR HUDSON MELO DE MACÊDO

OAB/RN N.º 4784



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
Cartório Quarto Ofício de Notas

Oficiala: MARIA LUCIVAM FONTES SILVA AZEVEDO
Rua Jerônimo Rosado, 74 - Centro Mossoró-RN
Fone: (84)3321-6610 mossoro4cartorio@hotmail.com

CERTIDÃO DE ÓBITO
NOME: LUZIMAR SOARES AGOSTINHO

MATRÍCULA:
0941930155 2016 4 00045 120 0016970 68

08.481.418/0001-70
MOSSORÓ CARTÓRIO QUARTO
OFÍCIO DE NOTAS
RUA: JERÔNIMO ROSADO, 74
CENTRO - (84) 3321-6610
CEP: 59600-020
MOSSORÓ - RN

SEXO masculino COR ESTADO CIVIL, PROFISSÃO E IDADE solteiro, agricultor, com 45 anos de idade

NATURALIDADE Mossoró - RN DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO 002.345.814-RN ELEITOR era eleitor,

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA
LUIZ AGOSTINHO SOBRINHO (falecido) e FRANCISCA SOARES AGOSTINHO (falecida), residente e domiciliado(a) na:
Assentamento Oziel, s/n, Zona Rural, Mossoró - RN

DATA E HORA DE FALECIMENTO nove de dezembro de dois mil e dezesseis às 07:00 horas DIA MÊS ANO 09/12/2016

LOCAL DE FALECIMENTO Hospital Regional Tarcisio Maia em Mossoró - RN

CAUSA DA MORTE Traumatismo Crânio Encefálico

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO SE CONHECIDO) Cemitério São Sebastião Mossoró - RN DECLARANTE MARIA DE FÁTIMA AGOSTINHO

NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO Dr. Isac Axel de Medeiros Nogueira CRM:3988

OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES
não deixou filhos e não bens a inventariar. selo nº AAD 091514 P M ARN 100599 O assento foi lavrado em data de 14 de dezembro de 2016. Ato registrado no Livro 045 C, fls. 120, nº do termo 16970.

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fe.
Mossoró-RN, 14 de dezembro de 2016

MARIA LUCIVAM FONTES SILVA AZEVEDO
Tabeliã Oficiala

Isaías Prata de Melo Júnior
CPF 079.345.324-07

08.481.418/0001-70
MOSSORÓ CARTÓRIO QUARTO
OFÍCIO DE NOTAS
RUA: JERÔNIMO ROSADO, 74
CENTRO - (84) 3321-6610
CEP: 59600-020
MOSSORÓ - RN

ARN-100599



DETALHAMENTO DA MATRÍCULA

Matrícula Padrão 0018830155 1987 1 0003 050 0000533 31
 aaaaaabbcc dddd e ffff ggg hhhhhh ii

DETALHAMENTO

aaaaa (00188-3) Código Nacional de Serventia
 (identificação única da cartória)
 bb (01) Código do Arquivo, sendo:
 01 - Arquivo Próprio
 02 - Arquivos Incorporados

cc (55) Tipo de Serviço Prestado, sendo:
 55 - Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais
 dddd (1987) Ano de Registro

• (1) Tipo do livro, sendo:
 1. Livro A (Matrimonial)
 2. Livro B (Separação)
 3. Livro C (Auxiliar Matrimonial de casamento religioso por fécula)
 4. Livro C (Outro)
 5. Livro C (Auxiliar Registro de Matrimonial)
 6. Livro D (Registro de Partos)
 7. Livro E (Cartão de Matrícula de Registro Civil)

ffff (0003) Número do livro
 ggg (050) Número da folha
 hhhhhh (0000533) Número do Termo
 ii (31) Dígito Verificador

Uso exclusivo para emissão de certidões de registro civil das pessoas naturais

Scanned by CamScanner

Declaro para os devidos fins que não foi possível
reter a Certidão da Genitora da Vítima, uma vez que
esta faleceu em 1976 e não existe mais esta documen-
tação conforme dito pelos 2º e 4º Cartório de Regi-
stro Público da Comarca de Mossoró-RN.

Do mesmo modo me foi informado pelo comitê
que não havia possibilidade de certificar sobre os
eventos ocorridos antes de 1980.

Nada mais a declarar.



Mossoró 17 de Agosto de 2017

Maria de Játima Agostinho.

RG 002 788 288

CPF 465 682 123.34



RECEBIDO EM 28/08.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE MOSSORÓ / ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.**

PROCESSO Nº 0821061-64.2017.8.20.5106

-

MARIA DE FÁTIMA AGOSTINHO E GENILSON AGOSTINHO DA SILVA, ambos
devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, vem por intermédio de sua
bastante procuradora que esta subscreve, em cumprimento ao Despacho, informa:

Com o finalidade de corroborar com as alegações é importante esclarecer a Vossa
Excelência que, na própria certidão de óbito do Segurado Luzimar Soares Agostinho, encontra
a informação de que a Senhora Francisca Soares Agostinho é falecida e, nas observações
averbações, que não deixou filhos e bens a inventariar.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Natal, 14 de Novembro de 2017.

RAPHAELLA DAYANNA CORTEZ CABRAL

OAB/RN N.º 11.818

IGOR HUDSON MELO DE MACÊDO

OAB/RN N.º 4784



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, 3º Andar, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

ATO ORDINATÓRIO

0821061-64.2017.8.20.5106

Nesta data, em cumprimento ao determinado no art. 2º, inciso I, da resolução nº 029/2017 - TJ de 09 de agosto de 2017, remeta-se os presentes autos à 6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró/RN.

Mossoró/RN, 14 de novembro de 2017.

ANGELA DE OLIVEIRA VASCONCELOS

Auxiliar Técnico(a)

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE MOSSORÓ / ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.**

PROCESSO Nº 0821061-64.2017.8.20.5106

-

MARIA DE FATIMA AGOSTINHO E OUTRO, devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, vem por intermédio de seus bastantes procuradores que esta subscreve, em cumprimento ao Despacho, requerer a juntada de certidão de inexistência de dependentes do INSS.

Nestes termos,
Pede e Espera Deferimento.

Natal, 19 de Fevereiro de 2018.

RAPHAELLA DAYANNA CORTEZ CABRAL

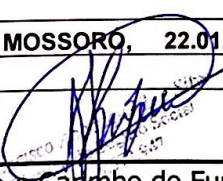
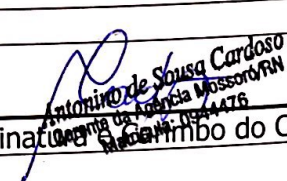
OAB/RN N.º 11.818

OL: 18021060

Agência: **MOSSORO**

CERTIDÃO DE INEXISTÊNCIA DE DEPENDENTES HABILITADOS EM PENSÃO POR MORTE

Certifico para fins que se fizerem necessários, que até a presente data, nesta localidade, não consta requerimento de pensão por morte efetivado por dependentes de:

Nome do Segurado(a) : LUZIMAR SOARES AGOSTINHO	
Documento de Identidade: CTPS-59.597/00008° RN	Data do óbito: 09.12.2016
Certidão de Óbito No. 16.970 Cartório QUARTO CARTORIO JUDICIARIO MOSSORO	Livro : C45 Folhas : 120
Local e Data: MOSSORO, 22.01.2018	
Assinatura e Carimbo do Funcionário 	Assinatura e Carimbo do Chefe  Antonio de Sousa Cardoso Agência Mossoro/RN CPF: 094.4476

Scanned by CamScanner



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Acidente de Trânsito]

PROCESSO Nº 0821061-64.2017.8.20.5106

DESPACHO

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139,VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 30(trinta) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supra-expostas providências, voltem os autos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 20 de junho de 2018.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juíza de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria Unificada Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 4º andar, Presidente Costa e Silva

Mossoró-RN CEP 59625-410

CITAÇÃO

Processo nº : 0821061-64.2017.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Parte Autora: MARIA DE FATIMA AGOSTINHO e outros

Parte Ré: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Ao (À): Sr^o(Sr^a):

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: Rua Senador Dantas, 74, 5 ANDAR, CENTRO, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

De ordem do Exmo(a). Sr(a) Juiz(a) DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE, Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró, nos autos nº 0821061-64.2017.8.20.5106, em que MARIA DE FATIMA AGOSTINHO e outros, move em desfavor de SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., na forma da lei e em conformidade com o despacho judicial, proferido nos autos do processo acima identificado, fica Vossa Senhoria CITADA para oferecer resposta (pelo portal abaixo descrito e por advogado) ao pedido contido na referida ação, bem como informar se há possibilidade de acordo, tudo no prazo legal de 15 (quinze) dias, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pela parte ré, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora.

Mossoró/RN, 17 de setembro de 2018

Assinado digitalmente (Lei nº 11.419/06)

ANGELA DE OLIVEIRA VASCONCELOS

Auxiliar Técnica

Visualização das peças do respectivo processo se dará através das chaves de acesso descritos na tabela abaixo, acessando-as através do sítio do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, no endereço www.tjrn.jus.br (*link PJE / Autenticidade de documentos / Consultar nº do documento*) ou <https://pje.tjrn.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>.

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	17111218181480300000012399430
luzimar documentos	Outros documentos	17111218174876200000012399431
Despacho	Despacho	17111310083370300000012403893
Juntada	Petição	17111409010825800000012424471
certidão de obito	Documento de Comprovação	17111409002383800000012424493
Informação	Petição	17111409065793000000012424669
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	17111409414854300000012425404
juntada	Petição	18021916035636100000020097739
inss luzimar	Outros documentos	18021916024133500000020097837
Despacho	Despacho	18062009184185700000021565419



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria Unificada Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 4º andar, Presidente Costa e Silva

Mossoró-RN CEP 59625-410

CERTIDÃO

(Com base no art. 6º da Portaria Conjunta nº 016-TJ, de 23 de março de 2018)

CERTIFICO, em razão do meu ofício, que a Citação de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A foi disponibilizado no DJE nº 03098215 , de 18/09/2018 e conforme resolução nº 034/2007-TJRN, de 18 de outubro de 2007, PUBLICADO no dia 19/09/2018, no DJE.

O referido é verdade; dou fé.

Mossoró/RN, 19 de setembro de 2018

ANGELA DE OLIVEIRA VASCONCELOS

Auxiliar Técnica

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA DE CÍVEL DA
COMARCA DE MOSSORÓ / ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Processo nº 0821061-64.2017.8.20.5106

MARIA DE FATIMA AGOSTINHO E GENILSON AGOSTINHO DA SILVA, devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, vem através de sua infra-assinada, com o devido respeito e acatamento à presença de Vossa Excelência expor para ao final requerer:

Até o presente momento a parte requerida não apresentou defesa, apesar de devidamente intimada. Assim, requer que seja declarado como verdadeiro todos os fatos expostos em inicial, prosseguindo para julgamento da lide, sendo dispensado a realização de perícia, uma vez que trata-se de óbito através de acidente de trânsito.

Termos em que,

Pede e Deferimento.

Natal, 20 de Novembro de 2018.

RAPHAELLA DAYANNA CORTEZ CABRAL

OAB/RN N.º 11.818



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, Mossoró - RN - CEP: 59625-410

[Acidente de Trânsito]

Processo nº: 0821061-64.2017.8.20.5106

AUTOR: MARIA DE FATIMA AGOSTINHO, GENILSON AGOSTINHO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Decisão

Em certidão retro, foi certificada a ausência de manifestação pela parte demandada, em razão disto, passo às seguintes considerações.

O Tribunal de Justiça do RN, editou a portaria conjunta nº 16/TJ, de 23 de março de 2018a qual instituiu o cadastro de pessoas jurídicas de direito privado, para fins de citação e intimação eletrônica nos processos que tramitam no Sistema Judicial Eletrônico – Pje no âmbito do Poder Judiciário do Estado.

O §1º do artigo 1 da Portaria assim dispõe:

“Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, é obrigatório que as empresas públicas e privadas, a União, o Estado do Rio Grande do Norte, seus municípios, as entidades da administração indireta, o Ministério público, a Defensoria Pública e Advocacia Pública, efetuem seu cadastro no SISCAD-PJ, caso ainda não tenham órgãos de representação cadastrados no sistema PJs(1º e 2º graus), no prazo de 60(sessenta) dias, para efeito de recebimento de citações e intimações eletronicamente, conforme o disposto nos artigos 246,§§1º e 2º do artigo 270, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

O §2º prevê que as filiais podem ser cadastradas pela empresa ou entidade matriz.

Com base nesta portaria, a secretaria unificada desta comarca passou a proceder a citação via Diário da Justiça Eletrônica por volta do dia 13 de agosto de 2018.

Contudo, a empresa demandada SEGURADORA LÍDER, não se encontra cadastrada nos termos da portaria, desta feita, não pode ser portanto penalizada com a decretação da revelia em razão de possível nulidade de citação. Em razão desta situação, foi determinada a expedição de ofício à demandada para providenciar o seu cadastro, bem como encaminhada listagem dos processos onde houveram citações eletrônicas, para que seus causídicos se habilitassem e apresentassem resposta.

Considerando que o ofício enviado foi recebido pela seguradora no dia 08 de novembro de 2018, como comprovado mediante acompanhamento deste gabinete, determino o seguinte:

1) a devolução do processo para secretaria para aguardar o decurso do prazo de vinte dias para as devidas habilitações e cadastro no PJE.

2) em seguida, a intimação via Diário de Justiça Eletrônica, da empresa demandada, para querendo apresentarem contestação no prazo legal.

3) No caso dos processos em que tenham havido já a habilitação e apresentação de resposta, desconsiderar os itens 1) e 2) e fazer a conclusão dos autos.

Publique-se. Registre-se e intimem-se.

Mossoró, 12 de dezembro de 2018.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

JUÍZA DE DIREITO

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria Unificada Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 4º andar, Presidente Costa e Silva

Mossoró-RN CEP 59625-410

Processo nº: 0821061-64.2017.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Parte Autora: MARIA DE FATIMA AGOSTINHO e outros

Parte Ré: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico que decorreu o prazo de 20 (vinte) dias, do ofício recebido pela seguradora no dia 08 de novembro de 2018, sem apresentação da contestação nos presentes.

O referido é verdade; dou fé.

Mossoró/RN, 12 de dezembro de 2018

ANGELA MARIA SOARES DA COSTA

Chefe de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, Mossoró - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0821061-64.2017.8.20.5106

C E R T I D A Õ



CERTIFICO, em razão de meu ofício, que a decisão ID n 35443848, foi encaminhada para fins de publicação no DJE, conforme recibo que segue.

Mossoró/RN, 7 de janeiro de 2019

MICHELY SYONARA LIMA FERNANDES

Auxiliar Técnica

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

	 Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte Impresso em: 07/01/2019 às 12:40
---	--

RECIBO DE ENVIO

Código Documento: 3193581
Documento: Decisão_0821061-64.2017.8.20.5106.pdf
Remetente: Secretaria Vara / 5ª Vara Cível / Fórum - Municipal "Des. Silveira Martins" / Comarca - Mossoró Michelly Syonara Lima Fernandes
Assinatura Digital: xvAd7x+oEoPagXT0IZ3/vyZGqiw=
Código do Envio: 3195136
Data de Envio: 07/01/2019 12:39
Encaminhamento: Não
Prioridade: Normal
Assunto: Decisão_0821061-64.2017.8.20.5106

Destinatários	Data Leitura	Lido Por
Diário da Justiça		





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

PROCESSO N 0821061-64.2017.8.20.5106

CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão do meu ofício, que a determinação judicial ID 35443848 foi disponibilizado no DJE nº 03193581, de 07/01/2019 e conforme resolução nº 034/2007-TJRN, de 18 de outubro de 2007, **PUBLICADO no dia 08/01/2019.**

O referido é verdade; dou fé.

MICHELY SYONARA LIMA FERNANDES

Auxiliar Técnico(a)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

PROCESSO N 0821061-64.2017.8.20.5106

CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão do meu ofício, que a determinação judicial ID 35443848 foi disponibilizado no DJE nº 03193581, de 07/01/2019 e conforme resolução nº 034/2007-TJRN, de 18 de outubro de 2007, **PUBLICADO no dia 08/01/2019.**

O referido é verdade; dou fé.

MICHELY SYONARA LIMA FERNANDES

Auxiliar Técnico(a)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria Unificada Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 4º andar, Presidente Costa e Silva

Mossoró-RN CEP 59625-410

Processo nº: 0821061-64.2017.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Parte Autora: MARIA DE FATIMA AGOSTINHO e outros

Parte Ré: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

CERTIFICO que decorreu o prazo legal sem que a parte demandada tenha apresentado contestação a presente ação, apesar de devidamente citada (ID **36856520**).

O referido é verdade; dou fé.

Mossoró/RN, 7 de março de 2019

ANGELA MARIA SOARES DA COSTA

Chefe de Secretaria

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito.

Mossoró/RN, 7 de março de 2019

ANGELA MARIA SOARES DA COSTA

Chefe de Secretaria

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE NATAL / ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.**

PROCESSO NÚMERO: 0821061-64.2017.8.20.5106

MARIA DE FÁTIMA AGOSTINHO e GENILSON AGOSTINHO DA SILVA, ambos devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe vêm perante Vossa Excelência, requerer a decretação de revelia em face ausência de contestação.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Natal, 25 de Março de 2019.

RAPHAELLA DAYANNA CORTEZ CABRAL

OAB/RN 11.818



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0821061-64.2017.8.20.5106

AUTOR: MARIA DE FATIMA AGOSTINHO, GENILSON AGOSTINHO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos, etc.

Compulsando os autos, verifica-se a ausência de procuração em nome do requerente GENILSON AGOSTINHO DA SILVA à sua causídica Raphaella Dayanna Cortez Cabral. Há, portanto, irregularidade da representação processual de um dos autores da presente demanda.

Assim, por força do art. 79 do diploma processual, suspendo o feito. Intimem-se os autores, através de sua advogada, para que sanem o defeito supra mencionado no prazo de 20 (vinte) dias, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, em relação ao autor Genilson Agostinho.

Decorrido o prazo e sanado o vício, voltem os autos conclusos para julgamento.

Decorrido o prazo sem manifestação das partes, voltem os autos conclusos para decisão.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 12 de abril de 2019.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

JUÍZA DE DIREITO
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5 VARA CÍVEL DA
COMARCA DE MOSSORO / RN**

Processo Nº: 0821061-64.2017.8.20.5106

Autor: Maria De Fatima Agostinho, Genilson Agostinho Da Silva

Réu: Seguradora Lider Dos Consorcios Do Seguro Dpvt S.A.

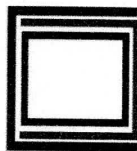
GENILSON AGOSTINHO DA SILVA, devidamente qualificado nos autos do processo em
epígrafe, vema través de sua advogada que esta subscreve juntar procuração solicitada.

Nestes termos,

Pede deferimento.

RAPHAELLA DAYANNA CORTEZ CABRAL

OAB/RN 11.818



Cortêz, Dantas & Oliveira
ADVOGADOS

NOME: GEMILSON AGOSTINHO DA SILVA

NACIONALIDADE: BRASILEIRO

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS: 053.987.944 - 42

REGISTRO GERAL: 002.181.860

ENDEREÇO: R. CARPinteIRO JOÃO BERNARDES DA COSTA 70

Bairro: SANTO ANTONIO

MOSSORÓ - RN

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui sua bastante procuradora a advogada **RAPHAELLA DAYANNA CORTÊZ CABRAL**, brasileira, solteira, inscrita na OAB sob o número, 11.818/RN, com endereço profissional na Rua João Pessoa, nº 267, Edifício Empresarial Cidade do Natal, Sala 418, Bairro Cidade Alta, Natal / RN, CEP: 59025-500, aos quais confere amplos poderes "**AD JUDICIA ET EXTRA**", podendo representá-lo(a) em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, Repartições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, Entidades Autárquicas, podendo propor, contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, fazer levantamento de quaisquer importâncias que forem pagas a qualquer título, depósitos em Bancos ou Caixas Econômicas, prestar primeira declarações em inventários ou arrolamentos, bem como, prestar compromissos de inventariante, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta com ou ser reservas de iguais poderes, bem como, constituir Preposto em casos diferenciados, dando tudo por bom, firme e valioso e especial, agindo em conjunto ou separadamente.

Natal/RN, 29 de Abril de 2019.


ASSINATURA



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Acidente de Trânsito]

Processo nº: 0821061-64.2017.8.20.5106

AUTOR: MARIA DE FATIMA AGOSTINHO, GENILSON AGOSTINHO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos, etc.

Analisando os autos, verifica-se que o comprovante do procedimento administrativo juntado ao ID nº 1315027 não contém a posição de andamento do processo, restando-se infrutífero.

Dessa forma, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar a recusa ou deferimento do pedido de indenização pela via administrativa, considerando entendimento consolidado por parte do Supremo Tribunal Federal, nos recursos extraordinários de números 839.314/MA e 839.347/MA.

Mossoró/RN, 13 de maio de 2019.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

JUÍZA DE DIREITO
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

em anexo

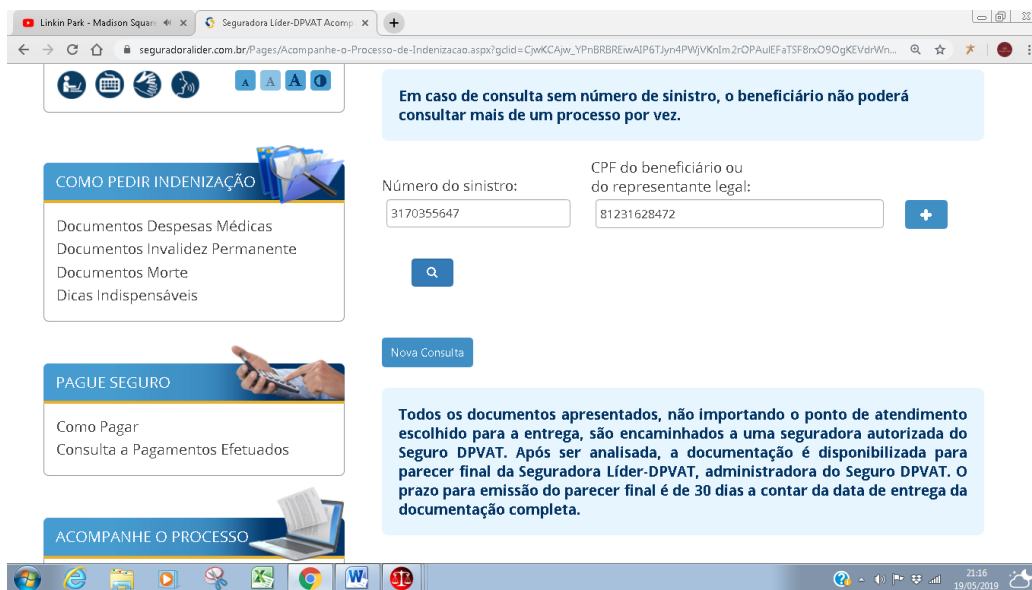


Advocacia e Consultoria

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE MOSSORÓ / ESTADO DO RIO GRANDE DO
NORTE.**

PROCESSO Nº 0821061-64.2017.8.20.5106

**MARIA DE FATIMA AGOSTINHO e GENILSON AGOSTINHO DA
SILVA**, devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, vem por
intermédio de sua bastante procuradora que esta subscreve, em cumprimento ao
Despacho esclarecer que, com o objetivo de dificultar ainda mais os pagamentos de
direito, não mais é possível verificar o andamento do processo administrativo, uma vez
que após um certo tempo a segurado líder não disponibiliza em seus registros e
consultas, conforme pode se verificar na tela abaixo. Para confirmação segue no canto
direito inferior data e hora da consulta.



Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Natal/RN, 19 de Maio de 2019.

RAPHAELLA DAYANNA CORTEZ CABRAL
OAB/RN N.º 11.818



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0821061-64.2017.8.20.5106

AUTOR: MARIA DE FATIMA AGOSTINHO, GENILSON AGOSTINHO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

S E N T E N Ç A

EMENTA: DIREITO
CIVIL E PROCESSUAL
CIVIL. AÇÃO DE
COBRANÇA.
INDENIZAÇÃO.
S E G U R O
OBRIGATÓRIO POR
ACIDENTE COM
VEÍCULO
AUTOMOTOR
(DPVAT). MORTE.
REVELIA.
INDENIZAÇÃO
DEVIDA AOS
SUCESSORES DO
FALECIDO.
PROCEDÊNCIA DO
PEDIDO. EXTINÇÃO
DO PROCESSO, COM
RESOLUÇÃO DO
MÉRITO.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT movida por MARIA DE FATIMA AGOSTINHO e GENILSON AGOSTINHO DA SILVA, qualificado(s) nos autos, em desfavor de SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., igualmente qualificado(a).

Afirmam, em síntese, que o Sr. Luzimar Soares de Agostinho foi vítima de acidente automobilístico no dia 04/12/2016, sofrendo grave lesão na cabeça, que o deixou em estado de coma, evoluindo o quadro para uma parada cardiorrespiratória, que culminou em seu óbito no dia 09/12/2016.

Salientam que a vítima não era casada e não deixou filhos, bem como seus genitores já encontram-se também falecidos, razão pela qual seus irmãos, ora requerentes, fazem jus a quantia pleiteada, por serem seus herdeiros legítimos.

Sustentam, ainda, que buscaram receber a indenização do seguro DPVAT na via administrativa, mas tiveram o pedido cancelado pela seguradora, em razão desta não aceitar a justificativa sobre a ausência da certidão da genitora da vítima, dificultando aos herdeiros o recebimento de seu direito.

A petição inicial foi instruída com cópias dos documentos pessoais dos autores, boletim de ocorrência do acidente de trânsito, documentos médicos, certidão de óbito do genitor do segurado, declaração de óbito do segurado, declaração de próprio punho da requerente, tela do requerimento administrativo.

No despacho de ID nº 13155145, foi concedida a gratuidade judiciária à parte autora, bem como determinada a emenda de inicial, para juntada de documentos: certidão de óbito do segurado, certidão de óbito da mãe do segurado; declaração do INSS de inexistência de dependentes habilitados.

Petição da parte autora (ID nº 13177234), esclarecendo ser impossível colacionar aos autos a certidão de óbito da genitora, uma vez que esta faleceu em 1976, inexistindo esse documento nos cartórios desta comarca. Juntou a certidão de óbito do segurado e declaração de próprio punho acerca da impossibilidade de retirar a certidão da genitora falecida (ID nº 13177258 - Págs. 1/3).

Foi juntada ao ID nº 20922103 a certidão de inexistência de dependentes habilitados em pensão por morte em nome do *de cujus*.

Citada, a parte ré não apresentou contestação, conforme certidão de ID nº 40280753.

Petição dos autores (ID nº 41084831), requerendo a decretação de revelia.

Regularização da representação processual de um do requerente Genilson Agostinho, com a juntada da procuração de ID nº 42589677.

No despacho de ID nº 42889624, foi determinado à parte autora que comprovasse nos autos o resultado do requerimento administrativo.

Na petição de ID nº 42980866, a parte autora informou não ser mais possível verificar o andamento do processo administrativo, uma vez que a seguradora líder, após certo tempo, deixa de disponibilizar em seus registros e consultas. Para confirmação, junta documento de ID nº 42980866.

Vieram os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, em relação à demonstração da existência do requerimento administrativo prévio, requisito indispensável para o ajuizamento da demanda, conforme entendimento consolidado por parte do Supremo Tribunal Federal, nos recursos extraordinários de números 839.314/MA e 839.347/MA, registro que, após consulta ao site da seguradora líder com o número do sinistro apontado pelos autores à inicial (ID nº 13150279 - Pág. 16), foi possível a constatação da existência do processo administrativo, bem como do seu resultado, constatando-se que houve a negativa do requerimento pela seguradora.

Superado este ponto, passo à análise do mérito da presente demanda.

Pretendem os requerentes receber a integralidade da indenização relativa ao Seguro Obrigatório DPVAT, em razão de acidente com veículo automotor em que o seu irmão fora vítima, e que provocou a morte do mesmo, encontrando essa pretensão amparo na Lei 6.194, de 19.12.1974, com a inovação da Lei nº 11.942/2009, vigente desde o dia 16.12.2008 (art. 33, IV, "a", do aludido diploma legal), e que se aplica para acidentes ocorridos antes e após a sua entrada em vigor.

Assim, dispõem os aludidos dispositivos legais, *litteris*:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

(...)

Art. 4º A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

(...)

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de

*responsabilidade do
segurado.*

*§ 1º A indenização
referida neste artigo será
paga com base no valor
vigente na época da
ocorrência do sinistro, em
cheque nominal aos
beneficiários, descontável
no dia e na praça da
sucursal que fizer a
liquidação, no prazo de
30 (trinta) dias da entrega
dos seguintes documentos:*

*a) certidão de óbito,
registro da ocorrência no
órgão policial competente
e a prova de qualidade de
beneficiários no caso de
morte; (...)"*

Note-se que o art. 5º da Lei nº 6.194/1974 consagra a responsabilidade objetiva da companhia seguradora, posto que dispensa a comprovação da culpa para o pagamento da verba indenizatória postulada, exigindo apenas a prova do acidente (boletim de ocorrência ID nº 13150279 - Pág. 14) e do dano, este, consistindo no óbito resultado do sinistro, o qual restou demonstrado através da certidão de óbito de ID nº 13177258, declaração de óbito de ID nº 13150279 (Pág. 8) e dos documentos médicos de ID nº 13150279 (Págs. 9/13).

Importa destacar, no caso, que a parte ré não apresentou contestação.

O fato do réu não ter se manifestado faz com que este incorra nos efeitos da revelia, definidos no art. 344, do CPC: *"Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor."*

Nada obstante a falta de contestação, não poderão ser reputados verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, quando inexisterem provas suficientes ou, de outro modo, as colacionadas se apresentem manifestamente inverossímeis ou incompatíveis com os próprios elementos ministrados na petição. Dessa forma, há presunção *juris tantum* de veracidade dos fatos afirmados pelo autor, ressalvadas as hipóteses do art. 345 e incisos, do mesmo diploma.

No caso *sub examine*, reputo automaticamente perfectibilizados os efeitos da revelia, notadamente a presunção de veracidade dos fatos narrados pelos autores.

Nos termos do artigo 4º, da Lei nº 6.194/1974, com a redação que lhe conferiu a Lei nº 11.482/2007, são legitimados para propor ação de cobrança de Seguro Obrigatório, em caso de morte da vítima do acidente, aqueles indicados no art. 792, do Código Civil Brasileiro, quais sejam: o cônjuge supérstite, desde que não separado judicialmente, e os herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária (art. 1.829, CC).

Conforme consta na Certidão de Óbito de ID nº 13177258, o falecido/segurado era solteiro e não deixou filhos, bem como seus genitores são também falecidos.

O segurado também não deixou dependentes habilitados junto ao órgão previdenciário competente, conforme certidão de ID nº20922103.

Outrossim, através dos documentos que instruem a inicial (vide ID nº 13150279 - Págs. 3/5 e 7), verifica-se que os autores são irmãos do falecido.

Assim, faz jus os requerentes, na qualidade de herdeiros colaterais do falecido, à indenização prevista nos arts. 3º, inciso I, e 5º da Lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com a redação que lhe fora dada pela lei 11.945/2009, a qual se devem acrescer juros de mora, no patamar de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, e correção monetária, com base no INPC-IBGE, a contar da data do evento danoso, conforme tese consolidada no Superior Tribunal de Justiça, nas súmulas 426 e 580, as quais estabelecem:

"Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação". (STJ. Súmula 426, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/03/2010, DJe 13/05/2010). "

A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso". (STJ. Súmula 580, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 19/09/2016).

III - DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo PROCEDENTE a pretensão formulada na inicial por MARIA DE FATIMA AGOSTINHO e GENILSON AGOSTINHO DA SILVA para condenar a ré SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. a pagá-lo(s) o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), referente à indenização do Seguro DPVAT, acrescido de correção monetária, com base no INPC-IBGE, a partir do evento danoso, e juros de mora, incidentes a partir da citação, à base de 1% (um por cento) ao mês.

Em homenagem ao princípio da sucumbência (art. 85, CPC), condeno, ainda, a seguradora ré ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios do patrono do(a) autor(a), os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, com fundamento no art. 85, § 2º do CPC.

Publique-se. Registre-se. Intimem- se.

Mossoró/RN, 16 de julho de 2019.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

Juíza de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0821061-64.2017.8.20.5106

AUTOR: MARIA DE FATIMA AGOSTINHO, GENILSON AGOSTINHO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

S E N T E N Ç A

EMENTA: DIREITO
CIVIL E PROCESSUAL
CIVIL. AÇÃO DE
COBRANÇA.
INDENIZAÇÃO.
SEGURO
OBRIGATÓRIO POR
ACIDENTE COM
VEÍCULO
AUTOMOTOR
(DPVAT). MORTE.
REVELIA.
INDENIZAÇÃO
DEVIDA AOS
SUCESSORES DO
FALECIDO.
PROCEDÊNCIA DO
PEDIDO. EXTINÇÃO
DO PROCESSO, COM
RESOLUÇÃO DO
MÉRITO.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT movida por MARIA DE FATIMA AGOSTINHO e GENILSON AGOSTINHO DA SILVA, qualificado(s) nos autos, em desfavor de SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., igualmente qualificado(a).

Afirmam, em síntese, que o Sr. Luzimar Soares de Agostinho foi vítima de acidente automobilístico no dia 04/12/2016, sofrendo grave lesão na cabeça, que o deixou em estado de coma, evoluindo o quadro para uma parada cardiorrespiratória, que culminou em seu óbito no dia 09/12/2016.

Salientam que a vítima não era casada e não deixou filhos, bem como seus genitores já encontram-se também falecidos, razão pela qual seus irmãos, ora requerentes, fazem jus a quantia pleiteada, por serem seus herdeiros legítimos.

Sustentam, ainda, que buscaram receber a indenização do seguro DPVAT na via administrativa, mas tiveram o pedido cancelado pela seguradora, em razão desta não aceitar a justificativa sobre a ausência da certidão da genitora da vítima, dificultando aos herdeiros o recebimento de seu direito.

A petição inicial foi instruída com cópias dos documentos pessoais dos autores, boletim de ocorrência do acidente de trânsito, documentos médicos, certidão de óbito do genitor do segurado, declaração de óbito do segurado, declaração de próprio punho da requerente, tela do requerimento administrativo.

No despacho de ID nº 13155145, foi concedida a gratuidade judiciária à parte autora, bem como determinada a emenda de inicial, para juntada de documentos: certidão de óbito do segurado, certidão de óbito da mãe do segurado; declaração do INSS de inexistência de dependentes habilitados.

Petição da parte autora (ID nº 13177234), esclarecendo ser impossível colacionar aos autos a certidão de óbito da genitora, uma vez que esta faleceu em 1976, inexistindo esse documento nos cartórios desta comarca. Juntou a certidão de óbito do segurado e declaração de próprio punho acerca da impossibilidade de retirar a certidão da genitora falecida (ID nº 13177258 - Págs. 1/3).

Foi juntada ao ID nº 20922103 a certidão de inexistência de dependentes habilitados em pensão por morte em nome do *de cujus*.

Citada, a parte ré não apresentou contestação, conforme certidão de ID nº 40280753.

Petição dos autores (ID nº 41084831), requerendo a decretação de revelia.

Regularização da representação processual de um do requerente Genilson Agostinho, com a juntada da procuração de ID nº 42589677.

No despacho de ID nº 42889624, foi determinado à parte autora que comprovasse nos autos o resultado do requerimento administrativo.

Na petição de ID nº 42980866, a parte autora informou não ser mais possível verificar o andamento do processo administrativo, uma vez que a seguradora líder, após certo tempo, deixa de disponibilizar em seus registros e consultas. Para confirmação, junta documento de ID nº 42980866.

Vieram os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, em relação à demonstração da existência do requerimento administrativo prévio, requisito indispensável para o ajuizamento da demanda, conforme entendimento consolidado por parte do Supremo Tribunal Federal, nos recursos extraordinários de números 839.314/MA e 839.347/MA, registro que, após consulta ao site da seguradora líder com o número do sinistro apontado pelos autores à inicial (ID nº 13150279 - Pág. 16), foi possível a constatação da existência do processo administrativo, bem como do seu resultado, constatando-se que houve a negativa do requerimento pela seguradora.

Superado este ponto, passo à análise do mérito da presente demanda.

Pretendem os requerentes receber a integralidade da indenização relativa ao Seguro Obrigatório DPVAT, em razão de acidente com veículo automotor em que o seu irmão fora vítima, e que provocou a morte do mesmo, encontrando essa pretensão amparo na Lei 6.194, de 19.12.1974, com a inovação da Lei nº 11.942/2009, vigente desde o dia 16.12.2008 (art. 33, IV, "a", do aludido diploma legal), e que se aplica para acidentes ocorridos antes e após a sua entrada em vigor.

Assim, dispõem os aludidos dispositivos legais, *litteris*:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

(...)

Art. 4º A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

(...)

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de

*responsabilidade do
segurado.*

*§ 1º A indenização
referida neste artigo será
paga com base no valor
vigente na época da
ocorrência do sinistro, em
cheque nominal aos
beneficiários, descontável
no dia e na praça da
sucursal que fizer a
liquidação, no prazo de
30 (trinta) dias da entrega
dos seguintes documentos:*

*a) certidão de óbito,
registro da ocorrência no
órgão policial competente
e a prova de qualidade de
beneficiários no caso de
morte; (...)"*

Note-se que o art. 5º da Lei nº 6.194/1974 consagra a responsabilidade objetiva da companhia seguradora, posto que dispensa a comprovação da culpa para o pagamento da verba indenizatória postulada, exigindo apenas a prova do acidente (boletim de ocorrência ID nº 13150279 - Pág. 14) e do dano, este, consistindo no óbito resultado do sinistro, o qual restou demonstrado através da certidão de óbito de ID nº 13177258, declaração de óbito de ID nº 13150279 (Pág. 8) e dos documentos médicos de ID nº 13150279 (Págs. 9/13).

Importa destacar, no caso, que a parte ré não apresentou contestação.

O fato do réu não ter se manifestado faz com que este incorra nos efeitos da revelia, definidos no art. 344, do CPC: "*Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.*"

Nada obstante a falta de contestação, não poderão ser reputados verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, quando inexisterem provas suficientes ou, de outro modo, as colacionadas se apresentem manifestamente inverossímeis ou incompatíveis com os próprios elementos ministrados na petição. Dessa forma, há presunção *juris tantum* de veracidade dos fatos afirmados pelo autor, ressalvadas as hipóteses do art. 345 e incisos, do mesmo diploma.

No caso *sub examine*, reputo automaticamente perfectibilizados os efeitos da revelia, notadamente a presunção de veracidade dos fatos narrados pelos autores.

Nos termos do artigo 4º, da Lei nº 6.194/1974, com a redação que lhe conferiu a Lei nº 11.482/2007, são legitimados para propor ação de cobrança de Seguro Obrigatório, em caso de morte da vítima do acidente, aqueles indicados no art. 792, do Código Civil Brasileiro, quais sejam: o cônjuge supérstite, desde que não separado judicialmente, e os herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária (art. 1.829, CC).

Conforme consta na Certidão de Óbito de ID nº 13177258, o falecido/segurado era solteiro e não deixou filhos, bem como seus genitores são também falecidos.

O segurado também não deixou dependentes habilitados junto ao órgão previdenciário competente, conforme certidão de ID nº20922103.

Outrossim, através dos documentos que instruem a inicial (vide ID nº 13150279 - Págs. 3/5 e 7), verifica-se que os autores são irmãos do falecido.

Assim, faz jus os requerentes, na qualidade de herdeiros colaterais do falecido, à indenização prevista nos arts. 3º, inciso I, e 5º da Lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com a redação que lhe fora dada pela lei 11.945/2009, a qual se devem acrescer juros de mora, no patamar de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, e correção monetária, com base no INPC-IBGE, a contar da data do evento danoso, conforme tese consolidada no Superior Tribunal de Justiça, nas súmulas 426 e 580, as quais estabelecem:

"Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação". (STJ. Súmula 426, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/03/2010, DJe 13/05/2010). "

A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso". (STJ. Súmula 580, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 19/09/2016).

III - DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo PROCEDENTE a pretensão formulada na inicial por MARIA DE FATIMA AGOSTINHO e GENILSON AGOSTINHO DA SILVA para condenar a ré SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. a pagá-lo(s) o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), referente à indenização do Seguro DPVAT, acrescido de correção monetária, com base no INPC-IBGE, a partir do evento danoso, e juros de mora, incidentes a partir da citação, à base de 1% (um por cento) ao mês.

Em homenagem ao princípio da sucumbência (art. 85, CPC), condeno, ainda, a seguradora ré ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios do patrono do(a) autor(a), os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, com fundamento no art. 85, § 2º do CPC.

Publique-se. Registre-se. Intimem- se.

Mossoró/RN, 16 de julho de 2019.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

Juíza de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

CIENTE DA SENTENÇA



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

PROCESSO N 0821061-64.2017.8.20.5106

CERTIDÃO

(autorização do art. 346, do CPC)

CERTIFICO que encaminhei a **A SENTENÇA ID 45607379** para fins de publicação no DJE, tendo em vista que o demandado não possui procurador habilitado nos autos.

MICHELY SYONARA LIMA FERNANDES

Auxiliar Técnico(a)